

ARTIGO

DF-Saúde
**O DESMONTE DO
 SAÚDE EM CASA**

Maria José Maninha

Imagine se os novos governadores resolvessem remover o asfalto das estradas pavimentadas pelos seus antecessores, como ficariam as já sofríveis rodovias brasileiras? Seria, no mínimo, uma insensatez. Como, então, classificar a atitude do atual Governo do Distrito Federal ao desativar programas que de fato melhoraram a qualidade de vida da população, especialmente a de baixa renda, a exemplo do Saúde em Casa? "Uma insensatez", respondeu o novo governo. Lamentavelmente, a insensatez falou mais alto. Ao contrário das promessas de preservá-lo, o que se vê é o desmonte do Programa Saúde em Casa (PSC), com a demissão de assistentes e com o fim do aluguel das residências que serviam de base às equipes.

Os mais de 1 milhão e 400 mil habitantes do Distrito Federal que estão sendo atendidos pelo Saúde em Casa reconhecem a importância do programa. Nunca, em toda a história do DF, eles receberam, regularmente e nas próprias residências, equipes completas de assistência à saúde. Os grupos, compostos por profissionais do setor e agentes selecionados nas comunidades, levam mais do que assistência e remédios. Levam educação e cidadania.

Foi graças a esse trabalho conjunto, envolvendo governo, profissionais e comunidade, que conseguimos, por exemplo, evitar surto de cólera e de dengue no DF; reduzir o índice de mortalidade infantil; desafogar os hospitais públicos; inserir no sistema de saúde pública cidadãos que não tinham qualquer assistência, muito menos odontológica.

Ao contrário do que apregoa o novo governo, não houve privilégio político-partidário para selecionar profissionais e agentes comunitários. A seleção de pessoal seguiu as orientações e critérios do Ministério da Saúde. Os editais e normas de seleção foram amplamente divulgados pelos principais veículos de comunicação e em todas as fases de implementação do PSC. A seleção foi pública, da mesma forma como ocorreu na maioria dos estados, a exemplo de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Paraná.

O Saúde em Casa precisa ser aprimorado? Sim, precisa. Nós, inclusive, planejamos a integração do PSC à rede tradicional. Não pelo argumento demagógico de promover a pura e simples equiparação salarial, mas pela necessidade de ampliar e melhorar a qualidade dos serviços. É evidente que todos os profissionais de saúde, tanto da rede tradicional quanto do Saúde em Casa, têm direito a salários condizentes com o trabalho que realizam. E neste particular, conseguimos corrigir injustiças salariais cometidas contra profissionais de saúde de todos os níveis da Fundação Hospitalar, hoje em processo de extinção.

Todos os que estão sendo assistidos e os que trabalham no Saúde em Casa devem estar igualmente preocupados com o destino do programa. As ações dos governantes valem mais que as palavras deles. Ontem prometeram manter o Saúde em Casa; hoje, estão desmoralizando-o com atitudes nitidamente revanchistas e, o que é pior, sem propostas sérias para preservar o que foi duramente conquistado.

A saúde do DF certamente não vai melhorar com ódio, revanchismo ou perseguição política. Muito menos com insensatez.

■ A deputada Maria José Maninha é líder do PT e ex-secretária de Saúde do DF.